



2º Simulado Especial

TSE

Unificado

**Analista Judiciário
Área Administrativa**

Pós-Edital

Simulado

Simulado TSE Unificado (Analista Judiciário - Área Administrativa)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Área Administrativa do TSE**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/MthvReV4kEpyfjot7>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<http://estrategi.ac/2wcdtn>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***TEXTO 1****Uma agenda prioritária**

“Calamitosus est animus futuri anxius” – traduzindo, “Infeliz é o espírito ansioso pelo futuro”. A máxima é de Sêneca (4 a.C.- 65 d.C.), monumento da filosofia latina. Seu foco era a importância de saber viver o presente; no entanto, é inegável que a ansiedade se vincula ao futuro, ao porvir. No Brasil, como se sabe, o futuro costuma durar muito tempo – daí o estado de ansiosa infelicidade diante das urgências que assolam o país em tantos e diversos aspectos da vida social.

Embora seja uma das nações mais urbanizadas do mundo, o Brasil maltrata a parcela maior dos habitantes das urbes, formada exatamente pelos menos favorecidos. Assim, nem é preciso sublinhar o quanto de ansiedade existe em relação ao futuro a ser moldado pelos prefeitos e vereadores que se elegeram ou foram reconduzidos aos respectivos postos nas eleições. [...] Esses gestores locais se encontram diante de uma agenda emergencial: a viabilização de cidades de fato inclusivas social e ambientalmente, atentas aos territórios de maior vulnerabilidade, onde se aglomeram milhões de pessoas sem moradia digna, saneamento básico, equipamentos de lazer ou áreas verdes, para ficar em uma lista mínima de carências.

Muitos problemas das cidades exigem soluções em escala mais ampla que o território do município. As regiões metropolitanas, onde se encontra a maior parte da população brasileira, apresentam um tecido urbano conturbado, podendo ser caracterizadas como uma única cidade que se estende por vários municípios. A Constituição do país permite nesses casos que as funções públicas de interesse comum, como saneamento básico, mobilidade e controle da expansão urbana, sejam integradas por uma estrutura de governança interfederativa, da qual participem o estado e os municípios. Tal estrutura já existe, todavia é preciso que seja valorizada – com a devida cobrança nessa direção. [...]

Desde o deslocamento dos indivíduos e de cargas até o fornecimento de água, energia e telecomunicações, quanto maior a densidade de ocupação do espaço, menor o custo de provisão dos serviços e de manutenção da infraestrutura. Entretanto, na maior parte das cidades brasileiras está em curso um processo de crescimento horizontal excessivo, que produz bairros de baixíssima densidade, ao mesmo tempo em que as áreas centrais e históricas se degradam e são abandonadas. A reversão desse processo é imperativa, se não quisermos viver apenas entre condomínios fechados e shopping centers, conectados por avenidas muradas, deixando a maior parte da população vulnerável socialmente condenada a morar nas periferias distantes, sem infraestrutura urbana adequada. [...]

[ADAPTADO] Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/uma-agenda-prioritaria/>. Acesso em: 17 de abril de 2023.

A respeito das ideias e da tipologia do texto 1, julgue os itens subsequentes.

- 01.** O texto 1 é predominantemente dissertativo expositivo.
- 02.** De acordo com o texto, a maior parte dos habitantes das cidades brasileiras são pessoas desfavorecidas economicamente.
- 03.** Infere-se que a ansiedade dos brasileiros é consequência das urgências que assolam o país.
- 04.** Depreende-se da leitura do texto que a revitalização das áreas centrais e históricas das grandes metrópoles é necessária para garantir uma infraestrutura urbana adequada.
- 05.** Segundo o texto, as regiões metropolitanas são caracterizadas por funcionarem como uma única cidade que abrange vários municípios, por isso são ambientes costumeiramente ordeiros.

06. De acordo com as informações do texto, é necessário que os governos estaduais e municipais criem leis para incentivar uma estrutura de governança interfederativa que integre funções públicas de interesse comum.

07. Na construção argumentativa do texto, o autor cita Sêneca para concluir que, no Brasil, o estado de ansiedade tem relação com o modo com que o brasileiro vive o presente, desvinculado com o futuro quanto a questões relativas à vida social.

Julgue os itens subsequentes, em relação aos aspectos gramaticais do texto 1.

08. No trecho do segundo parágrafo “o quanto de ansiedade existe em relação ao futuro”, a substituição da forma verbal “existe” por “há” não prejudicaria a correção gramatical nem os sentidos do texto.

09. No segundo parágrafo, o sinal de dois-pontos em “agenda emergencial:” introduz um esclarecimento.

10. No trecho do segundo parágrafo “milhões de pessoas sem moradia digna, saneamento básico, equipamentos de lazer ou áreas verdes” as vírgulas são usadas para separar uma enumeração.

11. No trecho “uma única cidade que se estende por vários municípios” do 4º parágrafo, a próclise do pronome “se” é facultativa.

12. No primeiro parágrafo, o ponto e vírgula após “viver o presente” poderia ser substituído por ponto final, com os devidos ajustes de maiúsculas e minúsculas, sem prejuízo da correção gramatical.

13. No último parágrafo do texto, em “conectados por avenidas muradas”, a preposição “por” denota causa.

14. A correção gramatical e o sentido original do texto seriam mantidos caso o vocábulo “Entretanto” em “Entretanto, na maior parte das cidades brasileiras”, no último parágrafo, fosse substituído por “Porquanto”.

15. No último parágrafo, em “crescimento horizontal excessivo” o vocábulo “excessivo” classifica-se como advérbio de intensidade.

16. No segmento “socialmente condenada a morar nas periferias”, no último parágrafo, poderia ser corretamente inserido o acento indicativo de crase no vocábulo “a”, em razão da regência do vocábulo “condenada”.

TEXTO 2

Tudo aconteceu muito depressa. No dia em que saí do castigo, a sinhá mandou me chamar e disse que era para eu subir com a minha trouxa. A Esméria não soube explicar o motivo e fiquei com medo de ser mandada de volta a fazenda, pois a Antônia disse que tinha acabado de chegar um homem com ares de capataz ou algo assim. A sinhá Ana Felipa me esperava na sala, com o Banjokô no colo, e informou que eu tinha sido alugada, que podia me despedir do meu filho, pois ele ficaria muito bem com ela, e que estava fazendo aquilo porque não poderia se arriscar me mantendo por perto depois do que eu tinha feito. Acho que, na verdade, ela tinha um grande medo de que eu fugisse levando o menino, coisa que, confesso, tinha passado muitas vezes pelos meus pensamentos, mas que eu não tinha coragem de fazer. Não por mim, que poderia arrumar maneiras de me cuidar, mas ele ainda era muito pequeno e precisava de cuidados, não podia dormir em qualquer lugar ou ficar sem ter o que comer, pois meu leite já tinha começado a diminuir e poderia acabar de vez se eu não me alimentasse bem. Nos primeiros dias do castigo, o peito ficava tão cheio que chegava a doer, mas a Antônia tinha me instruído a tirar

um pouco todas as manhãs e antes de dormir, e a cada dia eu precisava tirar menos que no dia anterior. [...]

E foi assim que saí da casa da sinhá Ana Felipa e entrei na casa da família Clegg, agarrada pelo braço por um escravo deles e equilibrando na cabeça uma trouxa com duas mudas de roupa, depois de ter dado um único beijo no rosto do meu filho e tê-lo deixado chorando nos braços de sua protetora. A sinhá disse que eu poderia vê-lo aos domingos, com ela por perto, e que aquilo não era uma venda, ela estava apenas me alugando e, dependendo de como eu me comportasse, poderia desfazer o negócio. Não tive tempo de me despedir dos outros, apenas um rápido olhar para a Esméria e a Antônia, e o choro do Banjokô me acompanhou até o portão.

(GONÇALVES, Ana Maria. Um defeito de cor. ADAPTADO. Rio de Janeiro: Record, 2006).

A respeito das ideias e da tipologia do texto 2, julgue os itens subsequentes.

17. Quanto ao tipo textual, o texto 2 classifica-se como narrativo.

18. Conclui-se que a personagem que narra o texto já havia estado ou vivido em uma fazenda.

19. É correto inferir das ideias veiculadas no texto uma indiferença e negligência da personagem que narra o texto para com o próprio filho.

20. Conforme o texto, Banjokô poderia ser visitado pela mãe semanalmente, com supervisão.

NOÇÕES DE DIREITO ELEITORAL

Nelma Fontana

21. O princípio da anualidade previsto na Constituição Federal de 1988, por representar expressão da segurança jurídica, é garantia fundamental e cláusula pétrea.

22. É vedada a edição de medida provisória sobre direito eleitoral, partidos políticos e direitos políticos.

23. Compete privativamente ao Tribunal Regional Eleitoral propor a criação ou extinção dos cargos administrativos e a fixação dos respectivos vencimentos.

24. O Tribunal Superior Eleitoral é composto por integrantes provenientes da magistratura, da advocacia e do Ministério Público.

25. Segundo a Constituição Federal de 1988, a organização e a competência de tribunais, de juízes de direito e de juntas eleitorais deve ser tratada por lei complementar. O Código Eleitoral foi editado como Lei Ordinária, pois anterior à Constituição Federal. Assim, as normas do Código Eleitoral que tratam desses assuntos não foram recepcionadas pela Constituição Federal.

Sobre as eleições, coligações, convenções para escolha de candidatos e registro de candidatos, julgue os itens.

26. A vedação à celebração de coligações aplica-se às eleições proporcionais, mas não às eleições majoritárias.

27. O Tribunal Superior Eleitoral é competente para registrar os candidatos a presidente e vice-presidente da República, senador, deputado federal, governador e vice-governador e deputado estadual.

28. Com base na maior concretização dos direitos fundamentais e políticos, visando evitar fraudes e perseguições políticas, atualmente se admite candidaturas avulsas, ou seja, de pessoas não filiadas a partido político.

29. As condições de elegibilidade e as causas de inelegibilidade devem ser aferidas no momento da comunicação da intenção de registro da candidatura, ressalvadas as alterações, fáticas ou jurídicas, supervenientes ao registro que afastem a inelegibilidade.
30. São inelegíveis aqueles que não estejam filiados a partido político há, pelo menos, um ano antes da eleição.
31. É exigida a fluência na língua portuguesa para fins de alistamento eleitoral em todos os casos.
32. Para fins de fixação do domicílio eleitoral no alistamento e na transferência, deverá ser comprovada a existência de vínculo residencial ou profissional, não sendo aceitos outros vínculos para esse fim.
33. O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios, no Brasil, para os cidadãos maiores de dezoito anos, exceto para os analfabetos, os maiores de setenta anos, os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos e os conscritos, sendo o voto facultativo para estes.
34. Para os eleitores que já realizaram o cadastramento biométrico, o E-Título (via digital do título de eleitor) dispensará a apresentação de outro documento de identificação no dia da votação.
35. No caso de perda, extravio, inutilização ou dilaceração do título eleitoral, segundo disposto na Resolução TSE 23.659/2021, a pessoa que possuir inscrição regular ou suspensa poderá emitir a via digital do título eleitoral por meio do aplicativo e-Título. A emissão de segunda via se dará a qualquer tempo.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

- Acerca da organização administrativa e do ato administrativo, julgue os itens a seguir.
36. A descentralização administrativa ocorre quando o poder central distribui competências a outras entidades, dotadas de personalidade jurídica própria, para que desempenhem atividades administrativas específicas.
37. A autoexecutoriedade é um atributo dos atos administrativos que permite sua imediata execução pela própria administração, independentemente de ordem judicial, mas não está presente em todos os atos, diferentemente da exigibilidade, que consta em todos os atos administrativos.
- Acerca das disposições constitucionais aplicáveis aos agentes públicos, julgue os itens a seguir.
38. Os agentes políticos são aqueles que exercem mandatos eletivos e ocupam os mais altos cargos da administração pública, atuando com plena liberdade funcional, com prerrogativas e liberdades próprias.
39. Os atos praticados pelos agentes putativos são considerados válidos, respeitando-se os efeitos externos do ato em relação aos terceiros de boa-fé.
- Acerca dos poderes e dos processos administrativos, julgue os itens a seguir.
40. O poder de autotutela autoriza a administração a anular atos favoráveis aos beneficiários, quando tais atos estiverem desconformes ao ordenamento jurídico, devendo se observar o prazo decadencial de cinco anos, que não se aplica aos atos flagrantemente inconstitucionais.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

41. Acerca das normas de eficácia plena, contida e limitada, julgue o item subsequente.

As normas de eficácia contida diferem das de eficácia plena no que diz respeito à aplicabilidade imediata e irrestrita.

42. Leona nasceu na Itália, filha de pai brasileiro e mãe italiana, tendo sido registrada nas repartições brasileira e italiana competentes, e durante muitos anos teve dupla cidadania. Em determinado momento, resolveu adotar unicamente a cidadania italiana e, para tanto, renunciou à nacionalidade brasileira. Porém, tendo voltado a residir no Brasil, Leona pretende candidatar-se ao cargo de Presidente da República. Nessa situação, ela não poderá fazê-lo, pois, apesar da possibilidade de recuperar a nacionalidade brasileira caso a requeira, ela a recuperaria como brasileira naturalizada.

43. No que diz respeito aos direitos e garantias fundamentais, julgue o item que se segue:

A Constituição garante a liberdade de expressão, com responsabilidade. No entanto, essa liberdade não pode ser usada para praticar atividades ilícitas, discursos de ódio, ou ataques contra a democracia e suas instituições.

44. Com relação ao processo legislativo, julgue o item a seguir.

É permitida a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

45. A República Federativa do Brasil, formada pela União, pelos estados, pelos municípios e pelo Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como objetivos

fundamentais os valores sociais do trabalho e a liberdade de expressão.

46. O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos, brasileiros natos, com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

47. Os direitos políticos de participação são conquistados por meio do alistamento eleitoral. Sobre tais direitos públicos subjetivos, julgue:

As inelegibilidades absolutas somente podem ser estabelecidas pela Constituição e são relacionadas a determinados motivos ou circunstâncias, tais como a relação de parentesco, o cargo ocupado e o princípio da moralidade.

48. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.

49. Os Senadores, Deputados Federais, os Deputados Estaduais, os Deputados Distritais e os Vereadores que se desligarem do partido pelo qual tenham sido eleitos perderão o mandato, salvo nos casos de anuência do partido ou de outras hipóteses de justa causa estabelecidas em lei, não computada, em qualquer caso, a migração de partido para fins de distribuição de recursos do fundo partidário ou de outros fundos públicos e de acesso gratuito ao rádio e à televisão.

50. Em relação à organização político-administrativa do Estado, julgue o item a seguir:

É assegurada, nos termos da lei, à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ADMINISTRAÇÃO GERAL

Elisabete Moreira

51. Segundo a teoria dos sistemas, ao contrário da abordagem clássica da administração, a visão é expansionista, teleológica e interdependente.

52. Segundo a teoria das relações humanas, o comportamento social do empregado é baseado em padrões de eficiência próprio dos grupos ao qual pertencem, com práticas não formalizadas de punição social do grupo.

53. No modelo de Porter, na análise que trata da ameaça de entrada de novos entrantes, a melhor situação para uma empresa ocorre quando as barreiras de saída são altas e as de entrada são baixas.

54. No modelo de planejamento voltado para a otimização, o foco será a inovação e a aderência às contingências do ambiente.

55. Na gestão de projetos, o “Product Owner” (PO) exerce um papel focado na estratégia de longo prazo do produto, considera as necessidades dos clientes, as tendências do mercado e a

concorrência para criar uma visão abrangente do produto.

56. Na gestão de projetos, o conceito de *backlog* está relacionado à estrutura que guie a equipe de forma eficiente, uma lista ordenada de tarefas e funcionalidades que impulsionam o progresso do projeto e que é gerenciado pelo Product Manager.

57. Na gestão por processo, a modelagem AS-IS ocorre na fase de refinamento dos processos de negócio.

58. Nas organizações, a estrutura de uma gestão da qualidade exige o envolvimento da alta administração.

59. A estrutura organizacional é formada pelo sistema de autoridade, de responsabilidade, do sistema de comunicação e do sistema de departamentalização.

60. A departamentalização abrange a alocação de recursos e trabalho, determinando papéis específicos para o alcance dos resultados.

61. Na administração por objetivos, os líderes definem o trabalho a ser realizado, dão apoio aos subordinados e avaliam o desempenho alinhado aos objetivos da organização.

62. O recrutamento externo de pessoal é uma tendência nas organizações modernas, pois trazem sangue novo para a organização e permite o aproveitamento do treinamento realizado em outras organizações.

63. O processo de gestão de desempenho envolve planejar os objetivos a serem alcançados, acompanhar e avaliar o desempenho. Na avaliação podem ocorrer vieses que levam a comprometer o processo, a exemplo do efeito halo, que faz com que o avaliador leve em consideração suas tendências e preconceitos.

64. No PDRAE – Plano diretor de reforma do aparelho do Estado, o núcleo estratégico, responsável pela elaboração do planejamento estratégico do Estado, conserva o modelo burocrático de gestão.

65. O modelo de Estado regulador representa uma forma de governança que substitui o Estado empresarial.

ORÇAMENTO

Luciana Marinho

66. Sobre o papel do Estado e atuação do governo nas finanças públicas, julgue o item abaixo:

Quando um ente estatal propõe, no orçamento, investir em infraestrutura para suporte de água e energia em uma determinada região, trata-se de uma atividade do âmbito da função distributiva.

67. Sobre o papel do Estado e atuação do governo nas finanças públicas, julgue o item abaixo:

Quando o governo promove políticas econômicas para fomentar o pleno emprego e o fortalecimento econômico, diante da incapacidade do mercado em promovê-los. Essa ação do Estado está baseada na função distributiva.

68. Segundo a CF, julgue o item que se segue:

A lei orçamentária anual compreenderá o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social.

69. Conforme a Lei 4.320/64, a Lei Orçamentária Anual (LOA) não consignará dotações globais destinadas a atender, sem a discriminação necessária, a despesas de pessoal, material e serviços de terceiros. Tal mandamento refere-se ao princípio da especificação.

70. O princípio da não vinculação, previsto na Constituição, determina que a receita de imposto não seja vinculada a órgão, fundos ou despesas.

71. O princípio da unidade diz que todas as receitas e todas as despesas devem contar da LOA.

72. O princípio da universalidade afirma que as receitas e despesas sejam colocadas pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.

73. O princípio da unidade diz que o orçamento deve ser uno, o que é evidenciado por uma única peça orçamentária.

74. Com relação a técnicas e princípios orçamentários, julgue o item seguinte.

O princípio da exclusividade veda expressamente que a lei orçamentária contenha autorização para a contratação de operações de crédito.

75. Em atendimento ao princípio da unidade orçamentária, deve ser adotada uma forma específica quando da elaboração do orçamento: todas as receitas previstas e despesas fixadas, em cada exercício financeiro, devem integrar um único documento legal dentro de cada esfera federativa: a Lei Orçamentária Anual (LOA).

76. Julgue o item a seguir, considerando que as siglas PPA, LDO e LOA, sempre que usadas, correspondem, respectivamente, ao plano plurianual, à lei de diretrizes orçamentárias e à lei orçamentária anual.

O Plano Plurianual (PPA) tem vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial subsequente e será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro.

77. Com base no PPA, LDO e LOA, julgue o item a seguir.

O plano plurianual (PPA), instrumento de planejamento de longo prazo, não coincide com o mandato do chefe do Poder Executivo.

78. De acordo com a Constituição Federal, julgue o item relativo aos instrumentos de planejamento.

A lei de diretrizes orçamentárias (LDO) compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, disporá sobre as alterações na legislação tributária, orientará a elaboração da lei orçamentária anual e, além disso, estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

79. A iniciativa para a elaboração do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária anual (LOA) é do Poder Legislativo, tendo em vista sua competência para aprovar o orçamento.

80. O Princípio da não-vinculação da receita veda vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, salvo exceções estabelecidas pela própria Constituição Federal, como, por exemplo, às relacionadas à repartição do produto da

arrecadação dos impostos aos Fundos de Participação dos Estados (FPE).

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Rodrigo Rennó

81. Uma estrutura funcional se caracteriza pela divisão da organização com base em especializações e funções.

82. A departamentalização por produto é comum em empresas que oferecem uma variedade limitada de produtos ou serviços.

83. O planejamento organizacional deve ser flexível e adaptável às mudanças no ambiente externo.

84. O processo de direção envolve a liderança e a motivação dos empregados para alcançar os objetivos organizacionais.

85. A gestão de projetos é essencial para garantir que os projetos sejam concluídos no prazo, dentro do orçamento e com a qualidade esperada, mas o escopo do projeto não precisa ser claramente definido no início do projeto.

86. Empreendedorismo governamental envolve a inovação e a criação de valor público por meio de novas políticas e serviços.

87. Indicadores de desempenho são ferramentas essenciais para a gestão de resultados no setor público.

88. A função de controle no processo organizacional é responsável por alocar recursos de maneira eficiente.

- 89.** Gestão de processos é uma abordagem que visa alinhar os processos organizacionais com as necessidades dos clientes.
- 90.** A implementação de uma abordagem de gestão de processos normalmente resulta na rigidez e inflexibilidade da organização.
- 91.** A gestão de resultados em serviços públicos visa melhorar a eficiência e a eficácia dos serviços oferecidos.
- 92.** A sustentabilidade pública busca equilibrar as necessidades atuais sem comprometer as futuras gerações.
- 93.** A acessibilidade em serviços públicos se refere apenas à adaptação física dos espaços.
- 94.** Políticas de sustentabilidade pública incluem o uso eficiente dos recursos naturais e a promoção de práticas sustentáveis.
- 95.** Lideranças no setor público devem ser treinadas para pensar nas mudanças e manter o status quo.

GESTÃO DE PESSOAS

Stefan Fantini

Com base na Gestão de Pessoas nas Organizações julgue os itens a seguir.

- 96.** No âmbito da gestão de pessoas, os empregados da organização são considerados patrimônio físico da organização.
- 97.** O processo de monitorar pessoas é utilizado para acompanhar e controlar as atividades das pessoas e verificar resultados.

Com base na Liderança, Motivação e Comunicação, julgue os itens a seguir.

- 98.** Lideranças diretas têm por base a preocupação com as necessidades e com o bem-estar de seus subordinados, ao passo que nas lideranças apoiadoras o líder se preocupa em explicar detalhadamente “o que” e “como” deve ser feito, definindo metas, padrões, e indicando a direção a ser seguida.
- 99.** O gestor que centraliza a tomada de decisões, define as tarefas, bem como decide quem serão os funcionários que as executarão exerce o estilo de liderança denominado liderança liberal.
- 100.** Conforme a teoria de Maslow, as necessidades de autorrealização estão relacionadas à realização potencial do indivíduo e, por isso, encontram-se no topo da pirâmide.
- 101.** De acordo com Frederick Herzberg, existem dois fatores que explicam o comportamento das pessoas, são eles: os fatores higiênicos e os fatores motivacionais. Para o autor, os reajustes salariais são importantes fatores motivacionais.
- 102.** A percepção seletiva é uma barreira à comunicação que ocorre quando o emissor manipula a informação para que ela seja vista de maneira mais favorável pelo destinatário, com o intuito de evitar conflitos.
- Com base no Clima e Cultura Organizacional e Avaliação de Desempenho julgue os itens a seguir.
- 103.** A cultura organizacional pode ser definida como um conjunto de percepções compartilhadas pelos membros da organização em relação a diversos aspectos da empresa e do ambiente de trabalho.

104. Os artefatos constituem o nível mais superficial da cultura organizacional, ao passo que os pressupostos básicos se referem ao nível mais profundo, íntimo e oculto da cultura organizacional.

105. Um dos benefícios da avaliação de desempenho 360º é que a avaliação de pares e colegas promove uma melhor qualidade na avaliação, favorecendo a imparcialidade nos resultados de desempenho do indivíduo avaliado.

106. João das Neves realizou a avaliação de desempenho de seus subordinados levando em consideração o registro dos aspectos extremos (tanto negativos, quanto positivos) das características dos indivíduos avaliados. Esse método utilizado por João das Neves é chamado de Incidentes Críticos.

Com base no Trabalho em Equipe, julgue o item a seguir.

107. De acordo com Bruce Tuckman, durante o seu desenvolvimento os grupos passam por 05 fases diferentes, são elas: formação, turbulência, normatização, desempenho e adiamento.

Acerca da gestão de pessoas por competências, julgue os itens a seguir.

108. O mapeamento de competências tem por objetivo identificar lacunas (ou gaps) existentes entre as competências necessárias ao alcance dos objetivos organizacionais e aquelas que estão disponíveis na organização.

109. Competência pode ser definida como um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes. As habilidades se referem ao “saber acumulado”, ou seja, aos aspectos que um

indivíduo precisar saber para entender algo e ser capaz de realizar determinada tarefa.

Com base na Qualidade de Vida no Trabalho, julgue o item a seguir.

110. De acordo com Walton, relevância social da vida no trabalho é um dos fatores que afetam a Qualidade de Vida no Trabalho e, portanto, para atenuar insatisfações dos empregados relacionadas a esse fator, é necessário que a organização adote medidas que evitem que o trabalho comprometa demasiado tempo do trabalhador, em detrimento de sua vida privada.

GESTÃO DE CONTRATOS (INCLUI LEI Nº 8.112/1990)

Antônio Daud

111. A remoção a pedido, independentemente do interesse da Administração, ocorrerá exclusivamente para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público, de qualquer esfera, deslocado no interesse da Administração ou em virtude de processo seletivo, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas.

112. As denúncias sobre infrações funcionais praticadas por servidores públicos serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade, razão pela qual é vedada, em qualquer hipótese, a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima.

113. O nível de escolaridade exigido para o cargo é requisito básico para provimento originário de cargo público.

- 114.** A redistribuição consiste no deslocamento de cargo, ocupado ou vago, no âmbito do quadro geral de pessoal, para órgão ou entidade de outro Poder.
- 115.** A remuneração do servidor público jamais poderá ser objeto de sequestro ou penhora.
- 116.** Ação disciplinar contra servidor que cometer infração punível com suspensão prescreverá em três anos, computados a partir da data em que o fato tornou-se conhecido, sendo, no entanto, aplicável o prazo prescricional da legislação penal, para a ação disciplinar, se a infração também caracterizar crime.
- 117.** A Lei 8.112/1990 assegura ao servidor federal o direito à licença para o desempenho de mandato em ente sindical representativo da categoria, a qual será com remuneração a partir do registro da candidatura e até o décimo dia seguinte ao da eleição.
- 118.** Poderão ser pagas ao servidor as indenizações, as gratificações e adicionais, sendo que todas estas vantagens são incorporadas ao vencimento.
- 119.** Tratando-se de ordens manifestamente ilegais, apesar de se obrigar a cumpri-las, o servidor público deverá representar contra seu superior perante a autoridade competente.
- 120.** O afastamento provisório, no âmbito do processo administrativo disciplinar, é medida cautelar determinada pela autoridade que instaurou o respectivo processo e ocorre sem prejuízo da remuneração do servidor afastado.
-

Discursiva

Ter as competências requeridas para o exercício de um cargo ou uma função pública é fundamental para o alcance da excelência profissional e a consecução da prestação de serviços públicos ao cidadão com qualidade e eficácia. Considerando esse assunto, redija um texto dissertativo acerca do processo de gestão de pessoas por competências na administração pública, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

1. a finalidade de uma gestão de pessoas por competências, do ponto de vista organizacional.
2. o tripé das competências, com o significado de cada elemento que o compõe.
3. três benefícios da gestão por competências para a organização.
4. três benefícios da gestão por competências para os servidores públicos.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
